



FACULDADES INTEGRADAS DE TAGUAÍ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

BEATRIZ GOMES DUARTE

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR**

TAGUAÍ – SP

2023



BEATRIZ GOMES DUARTE

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado no curso de Graduação
em Pedagogia nas Faculdades
Integradas de Taguaí sob a
orientação do Prof. Me. José
Dienison de Chechi

TAGUAÍ – SP

2023



BEATRIZ GOMES DUARTE

**OS DESAFIOS DA INCLUSÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA NO ENSINO REGULAR**

Trabalho de Conclusão de Curso
orientado pelo Prof. Me. José Dienison de
Chechi apresentado ao curso de
Graduação em Pedagogia das Faculdades
Integradas de Taguaí, como requisito para
obtenção do grau de graduado em
Pedagogia.

APROVADA EM:

BANCA EXAMINADORA

PROF. ME. JOSÉ DIENISON DE CHECHI

PROF. ME. EDUARDO GASPERONI DE OLIVEIRA

PROF. ESP. TELMA CIANO DA SILVA FERRI

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, discernimento e sabedoria durante essa trajetória.

Agradeço aos meus pais e familiares, por entenderem minha ausência durante todo esse período em busca dos louros da formação acadêmica, pelo apoio nos momentos de desespero e angustia quando a única saída parecia o abandono da presente trajetória, pelo incentivo, pela confiança depositada em mim que hoje se transforma em orgulho familiar.

Agradeço o meu orientador, José Dienison de Chechi, que foi o meu total apoio, que com seu conhecimento e seus ensinamentos me permitiu a conclusão deste trabalho, se mostrando amigo, a toda sua assistência, me acompanhando do início ao fim desse artigo, sempre presente e disponível.

Por fim não posso deixar de agradecer meu subconsciente, minha força de vontade e minha busca por uma educação de qualidade para toda a sociedade, motivos que me trouxeram até aqui e certamente me levaram a caminhos por mim nunca trilhados antes.

RESUMO

Este estudo aborda os desafios da inclusão de alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar regular, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O reconhecimento crescente da importância da inclusão, respaldado por direitos fundamentais à educação, motiva esta investigação sobre a efetiva implementação desses direitos nas salas de aula comuns. Por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, serão explorados os desafios enfrentados por crianças com TEA e as práticas para que se possa garantir o direito ao ensino integral desses discentes. A inclusão requer uma abordagem multidisciplinar que leve em consideração as necessidades educacionais, sociais e emocionais desses alunos, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O estudo também investiga as características do Transtorno do Espectro Autista e como ele se manifesta em crianças, proporcionando um contexto completo para a discussão. Ao final, a pesquisa visa contribuir para o entendimento das questões relacionadas à inclusão escolar de crianças com TEA, identificando práticas que promovam uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

Palavras-chave: Autista. Diagnóstico. Direitos. Ensino. Inclusão.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neuropsiquiátrica complexa que afeta o desenvolvimento da criança em diversas áreas, incluindo a comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. Nos últimos anos, houve um crescente reconhecimento da importância da inclusão de crianças com TEA nas escolas regulares. Essa inclusão é fundamentada no direito fundamental à educação, consagrado tanto na Constituição Brasileira quanto em tratados internacionais, como a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas.

O presente estudo tem como proposta a investigação dos direitos educacionais das crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista e a avaliação da efetiva implementação desses direitos nas salas de aula comuns. Para alcançar esse objetivo, será conduzida uma revisão bibliográfica abrangente, que permitirá uma compreensão mais aprofundada dos desafios enfrentados por essas crianças e das práticas viáveis para promover a inclusão de maneira eficaz.

A inclusão de crianças com TEA nas escolas regulares requer uma abordagem multidisciplinar, que considere não apenas as necessidades educacionais dessas crianças, mas também sua integração social e emocional. Portanto, ao longo deste artigo, serão abordados aspectos relacionados ao desenvolvimento cognitivo e ao processo de aprendizagem desses alunos nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, será realizada uma exploração aprofundada do próprio Transtorno do Espectro Autista, investigando suas características e como ele se manifesta em crianças, a fim de fornecer um contexto completo para a discussão.

Ao final deste estudo, espera-se contribuir para o entendimento das questões relacionadas à inclusão de crianças com TEA nas escolas regulares, bem como identificar práticas que possam promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas características individuais.

1. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO AO LONGO DA HISTÓRIA.

A história revela que, ao longo do tempo, crianças com necessidades especiais enfrentaram longos períodos de sofrimento, abandono e até mesmo tortura na busca pela garantia de seus direitos. De acordo com Silva (2010), na Idade Média, crianças que nasciam com deficiências eram frequentemente rejeitadas por suas famílias, abandonadas e, em muitos casos, abandonadas em locais insalubres ou até mesmo lançadas em valetas.

O autor também relata que na Roma Antiga, pais de crianças com deficiência, tanto plebeus quanto nobres, tinham o direito de tomar decisões sobre o destino de seus filhos recém-nascidos. Essas crianças eram colocadas aos pés de seus pais, que tinham a opção de sacrificá-las ou aceitá-las. Se a decisão fosse a rejeição, essas crianças eram simplesmente deixadas à própria sorte e frequentemente morriam por falta de cuidados básicos. Da mesma forma, em Esparta, bebês nascidos com limitações físicas eram frequentemente lançados ao mar ou precipícios, seguindo um ritual de avaliação determinado pela comissão que decidia o destino das crianças. Se consideradas deficientes, eram separadas de seus pais e abandonadas em depósitos, onde muitas vezes não sobreviviam.

Na Idade Média, durante um período de crescimento populacional significativo, houve um aumento das doenças, o que resultou em um aumento nos casos de crianças com deficiências. Nesse contexto, a sociedade frequentemente recorria à explicação de que essas condições eram um castigo divino. Crianças com deficiência eram submetidas a sessões de exorcismo e bênçãos, com o intuito de expulsar os demônios que acreditavam habitar nelas. No entanto, ao longo do tempo, ocorreram mudanças e essas crianças começaram a ser respeitadas pela sociedade, com seus direitos passando a ser reconhecidos.

Conforme Amaral (2006, p. 28),

"a deficiência era o sinal, a marca, uma espécie de predestinação. Em vez de excluídas, essas pessoas eram protegidas pela sociedade. Elas eram assinaladas, tinham um lugar e um papel a representar nessas comunidades, de maneira alguma elas ficavam de fora". A igreja desempenhou um papel importante nessa mudança, contribuindo para a aceitação dessas pessoas na sociedade e auxiliando-as de diversas maneiras.

Com o avanço da medicina e a percepção de que as deficiências não eram necessariamente de origem espiritual, mas sim questões de saúde, as famílias passaram a enfrentar desafios diferentes em relação ao cuidado de seus filhos com deficiência. No Brasil, a assistência a essas pessoas começou a se consolidar no século XIX, com a criação de instituições como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant) em 1854 e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) em 1857. No entanto, o caráter assistencialista predominou nessa abordagem, e a educação especial começou a ser desenvolvida a partir dessas instituições.

Conforme Amaral (2006, p. 23) observa, "no Brasil, uma das primeiras maneiras de se tratar as pessoas com deficiência foi marcada pela caridade, que lhes dava um pouco de dignidade". A partir de 1906, as escolas públicas passaram a atender pessoas com deficiência mental, embora o foco fosse na cura e reabilitação, e os alunos eram inseridos nas escolas com a garantia de que não atrapalhariam o andamento da classe. Posteriormente, na década de 1930, surgiram as primeiras escolas mistas, como o Pavilhão Fernandinho da Santa Casa da Misericórdia. Em 1954, foi fundada a primeira APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) no Rio de Janeiro, marcando um passo importante na atenção às pessoas com deficiência no Brasil.

A influência da igreja também foi marcante na forma como esses sujeitos eram vistos e tratados. Inicialmente, a igreja considerava as crianças com deficiência como castigos divinos, e as acusações de pecados cometidos pelos familiares eram comuns. Muitas vezes, essas crianças eram abandonadas nas ruas, e a igreja as acolhia, argumentando que apenas os padres poderiam salvar suas almas. No entanto, a igreja também contribuiu para o preconceito contra essas crianças, ao rejeitar aquelas que fugiam do padrão de normalidade, perpetuando a exclusão das que nasciam com alguma diferença. Com o tempo, a igreja passou a considerar essas crianças como filhas de Deus, o que influenciou positivamente sua aceitação pela sociedade.

Em resumo, ao longo da história, crianças com deficiências enfrentaram discriminação, abandono e até mesmo perseguição. No entanto, à medida que a compreensão da natureza das deficiências evoluiu, a sociedade passou a reconhecer

seus direitos e valorizar sua dignidade. A influência da igreja e a criação de instituições de assistência foram marcos importantes na jornada rumo à inclusão e ao respeito pelas pessoas com deficiência no Brasil e em todo o mundo.

2. OS DIREITOS

2.1. UM MARCO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE INDIVIDUAL.

Em uma época em que a concepção predominante consistia na crença de que a perfeição era a característica essencial da criação divina, aqueles que apresentavam qualquer forma de anomalia ou deficiência eram frequentemente excluídos desses padrões. No entanto, a influência progressiva da igreja, agora defensora daqueles que eram considerados seres divinos, desempenhou um papel fundamental na gradual mudança dessa percepção. Um dos primeiros indícios tangíveis dessa transformação foi a construção de rampas de acesso para deficientes em locais públicos (Pessotti, 1984, p. 163).

Considerando o sofrimento, a exclusão e a ausência de condições humanas adequadas para a sobrevivência em uma sociedade marcada pelo preconceito e crenças infundadas, indivíduos com deficiência tiveram seus direitos revistos e começaram a ser integrados na sociedade de maneira que pudessem trabalhar, estudar, socializar e viver harmoniosamente com seus pares. Hoje, essas pessoas têm o direito de frequentar, serem atendidas e respeitadas em suas singularidades e fragilidades (Carneiro, 1998, p. 41).

As deficiências, conforme classificadas por Carneiro (1998), englobam portadores de deficiência auditiva, visual (sensorial), mental, física e múltipla; portadores de condutas típicas, que apresentam comportamentos característicos de síndromes ou quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos com repercussões no desenvolvimento e no relacionamento social; crianças de alto risco, cujo desenvolvimento é fragilizado devido a fatores como gestação inadequada, alimentação imprópria e nascimento prematuro; e portadores de altas habilidades, também conhecidos como superdotados, que exibem potencialidades elevadas em aspectos como capacidade intelectual geral, capacidade acadêmica específica, criatividade, liderança, habilidade psicomotora e talento especial para as artes. Atualmente, essas diversas formas de limitações físicas estão cada vez mais presentes em nossa sociedade, com cada tipo de deficiência recebendo atendimento prioritário em diferentes contextos.

Analisando dados estatísticos, observa-se um aumento constante do número de alunos designados como "alunos de inclusão" nas salas de aula regulares. Esses estudantes têm conquistado espaço e respeito na sociedade, inclusive em instituições de ensino superior renomadas. De acordo com Rodrigues (2006), em apenas cinco anos, o número de alunos com deficiência matriculados nas escolas de todo o país dobrou.

Uma breve investigação histórica revela que, na década de 1980, já havia alunos com deficiência matriculados na rede regular de ensino, embora em número reduzido em comparação com a atualidade. O modelo de inclusão da época, conhecido como "integração", era caracterizado pela mera matrícula dos alunos, sem que houvesse a implementação de práticas pedagógicas diferenciadas. Os estudantes ficavam muitas vezes à margem das atividades coletivas, sem que os professores demonstrassem preocupação em envolvê-los plenamente nas atividades escolares.

Considerando a crescente ascensão de alunos designados como "alunos de inclusão" nas escolas regulares, torna-se necessário que as instituições de ensino se adaptem para recebê-los de forma digna e respeitosa, o que vai além das adaptações físicas, como a construção de rampas e banheiros acessíveis. As deficiências não se limitam apenas às questões motoras, pois existem aquelas que não são invisíveis à primeira vista. Portanto, a educação inclusiva exige uma abordagem individualizada e colaborativa, considerando as habilidades e dificuldades de cada aluno, sem, no entanto, diminuir as expectativas para toda a turma.

O processo de inclusão na educação ganhou destaque no Brasil na década de 1990, acompanhando uma tendência observada em muitos outros países. No entanto, é importante ressaltar que essa transição ainda está em curso. Além da inclusão das pessoas com deficiência, o conceito de inclusão deve ser estendido à sociedade como um todo, englobando diversos grupos sociais (negros, orientais, indígenas, judeus, entre outros). A verdadeira inclusão busca proporcionar uma educação de qualidade para todos, considerando as individualidades e promovendo a igualdade.

2.2. DIREITOS ASSEGURADOS E DOCUMENTADOS

Neste contexto de evolução das políticas de inclusão, é fundamental destacar o papel dos direitos assegurados e documentados como um marco significativo na busca pela igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. Conforme enfatizado por Santos (2015), "Os direitos humanos, ao longo da história, têm sido conquistados com base em lutas, mobilizações sociais e marcos legais que garantem a dignidade e a igualdade de todos os seres humanos".

No cenário internacional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006 e ratificada pelo Brasil em 2008, desempenha um papel crucial na promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência. Este tratado internacional estabelece um conjunto abrangente de direitos, abordando questões como educação inclusiva, acessibilidade, igualdade perante a lei e participação plena e efetiva na sociedade. Segundo Pires (2012), "A Convenção da ONU representa um avanço significativo na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência, estabelecendo um marco normativo internacional que exige a adoção de medidas concretas para garantir a plena inclusão".

No âmbito nacional, o Brasil promulgou a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que representa um importante instrumento legal para a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência no país. Esta lei estabelece princípios fundamentais, como o direito à igualdade de oportunidades, a acessibilidade, a não discriminação e o respeito à dignidade. Como destacado por Oliveira (2016), "A Lei de Inclusão representa um avanço na legislação brasileira ao consolidar direitos e promover a conscientização sobre a importância da inclusão social".

Além disso, é relevante mencionar a existência de documentos e normativas específicas que regulamentam a educação inclusiva no Brasil. O Decreto nº 7.611/2011, por exemplo, estabelece diretrizes para o atendimento educacional especializado, garantindo que alunos com deficiência tenham acesso a recursos e serviços que promovam sua plena participação na escola regular. De acordo com Machado (2013), "Essa regulamentação visa garantir que a educação inclusiva seja efetivamente implementada, considerando as especificidades de cada aluno".

Em suma, os direitos assegurados e documentados, tanto em âmbito internacional quanto nacional, representam um passo fundamental na promoção da inclusão de pessoas com deficiência. Esses marcos legais e regulatórios estabelecem a base para a construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva, onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial e contribuir para o progresso da sociedade.

3. APENDIZADO E PRAXIS

3.1. PECULIARIDADES NO APRENDIZADO E NO ENSINO DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Considerando os desafios inerentes ao processo educacional das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), torna-se fundamental compreender as particularidades desse grupo e as estratégias necessárias para promover uma educação inclusiva e de qualidade. Este texto abordará as peculiaridades no aprendizado e no ensino das pessoas com TEA, destacando a importância da educação inclusiva como um direito fundamental.

Historicamente, as pessoas com TEA enfrentaram estigmas e preconceitos que as impediram de ter acesso à educação de qualidade. No entanto, nos últimos anos, tem havido um movimento significativo em direção à inclusão dessas pessoas nas escolas regulares, reconhecendo que todos têm o direito de receber uma educação adequada às suas necessidades.

Segundo a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, ratificada pelo Brasil, as pessoas com TEA têm o direito à educação inclusiva, ou seja, o direito de estudar em escolas regulares, em um ambiente que respeite suas diferenças e promova sua participação ativa. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e outras normativas brasileiras reforçam a importância da inclusão das pessoas com TEA na educação.

O desafio principal na educação de pessoas com TEA está em compreender suas particularidades e adaptar as práticas educacionais para atender às suas necessidades. Cada indivíduo com TEA é único, e suas características podem variar amplamente, desde o nível de comunicação até a forma de interagir com o ambiente.

É fundamental que os educadores estejam preparados para identificar as necessidades específicas de cada aluno com TEA e desenvolver estratégias pedagógicas que considerem essas necessidades. A comunicação é um dos aspectos cruciais a serem abordados, uma vez que muitas pessoas com TEA podem ter dificuldades na comunicação verbal. O uso de comunicação alternativa e aumentativa

(CAA), como pictogramas e dispositivos de comunicação, pode ser uma ferramenta valiosa para promover a comunicação eficaz.

Outro ponto relevante é a sensibilidade ao ambiente. Pessoas com TEA podem ser sensíveis a estímulos sensoriais, como luzes brilhantes, sons altos ou texturas desconfortáveis. Portanto, adaptar o ambiente escolar para minimizar esses estímulos pode ajudar a criar um ambiente mais propício para o aprendizado.

O papel do professor em sala de aula regular desempenha um papel crucial no sucesso educacional das pessoas com TEA. Como afirmou Paulo Freire (1996), "A educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo." Nesse contexto, os educadores desempenham um papel de agente de transformação na vida de seus alunos com TEA.

Para atender às necessidades desses alunos, os professores devem adotar uma abordagem centrada no aluno, reconhecendo as diferenças individuais e adaptando suas práticas pedagógicas. Isso pode envolver a criação de um ambiente estruturado e previsível, o uso de estratégias de comunicação visual e a promoção de interações sociais positivas entre os alunos.

É importante destacar que a formação contínua dos professores é essencial para que eles se sintam preparados para atender às necessidades dos alunos com TEA. A educação continuada oferece aos educadores as ferramentas e o conhecimento necessários para desenvolver estratégias eficazes de ensino e proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor.

Em resumo, a educação das pessoas com Transtorno do Espectro Autista requer uma abordagem individualizada e centrada nas necessidades de cada aluno. A inclusão dessas pessoas na educação regular é um direito garantido por lei, e cabe aos educadores e à sociedade como um todo promover um ambiente inclusivo e acolhedor. A compreensão das particularidades do TEA, o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas e a formação contínua dos professores são passos essenciais para garantir uma educação de qualidade para todas as pessoas, independentemente de suas características individuais.

3.2. PRAXIS E SUAS CONSEQUENCIAS NO ENSINO PARA ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Em meio à crescente busca por uma sociedade que valorize o respeito ao próximo e promova ambientes de aprendizado mais humanizados e menos tradicionalistas, é fundamental discutir como a prática educacional, conhecida como práxis, desempenha um papel central nesse processo. Tal como menciona Mantoan (2003), a práxis é um meio primordial para alcançar essa transformação.

"Se o momento é o de enfrentar as mudanças provocadas pela inclusão escolar, logo distorcemos o sentido dessa inovação, até mesmo no discurso pedagógico, reduzindo-a a um grupo de alunos (as pessoas com Transtorno do Espectro Autista), e continuamos a excluir tantos outros alunos e mesmo a restringir a inserção daqueles com deficiência entre os que conseguem 'acompanhar' as suas turmas escolares! Logo, tratamos de encontrar meios para facilitar a introdução de uma inovação, fazendo o mesmo que se fazia antes, mas sob outra designação ou em um local diferente, como é o caso de se incluir crianças com TEA nas salas de aula comuns, mas com todo o staff do ensino especial por detrás, para que não seja necessário rever as práticas excludentes do ensino regular. Válvulas de escape, como o reforço paralelo, o reforço continuado, os currículos adaptados, continuam sendo modos de discriminar alunos que não damos conta de ensinar e de nos escondermos de nossas próprias incompetências. A inclusão pegou as escolas de calças curtas — isso é irrefutável. E o nível de escolaridade que mais parece ter sido atingido por essa inovação é o ensino fundamental." (MANTOAN, 2003, p. 27)

Portanto, a inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) implica uma mudança significativa na perspectiva educacional. Ela não diz respeito apenas aos alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizado, mas sim a todos os alunos, a fim de que alcancem sucesso na educação geral. De acordo com a autora, os alunos com TEA, que são uma preocupação primordial para os educadores inclusivos, têm sido "responsáveis" por uma mudança que já era necessária há muito tempo dentro das instituições regulares. Essas instituições não devem se limitar a incluir apenas os alunos "especiais", mas sim todos os alunos, que evoluíram ao longo das décadas e ainda estão sujeitos a uma educação retrógrada sem perspectivas de inovação e desafios que despertem o desejo de aprender.

Historicamente, durante a busca pela educação inclusiva, observaram-se práticas inadequadas, não como resultado da má vontade dos educadores, mas sim do sistema educacional que não oferece as condições adequadas de especialização.

No entanto, não se pode ignorar a necessidade de busca por conhecimento e estratégias para garantir uma educação de qualidade, adaptada a cada criança. A formação dos educadores é fundamental para alcançar a verdadeira inclusão.

A interdisciplinaridade também desempenha um papel essencial em salas de aula inclusivas, sejam elas regulares ou com alunos com TEA. A diversidade no ensino é crucial, e o conhecimento e a prática docente fazem toda a diferença. Além disso, é vital reconhecer que a tecnologia, embora represente um desafio para alguns, pode ser uma aliada poderosa na educação. Os educadores devem usar as facilidades do mundo moderno para promover uma prática de ensino inovadora e de qualidade, resultando em um aprendizado eficaz para todos.

É fundamental superar o medo e o preconceito em relação ao diferente, incluindo alunos com TEA. Os estigmas e as classificações não devem ser utilizados para criar classes especiais ou excluir alunos. A escola precisa reconhecer a complexidade, a diversidade e a singularidade de cada aluno e adaptar suas práticas para atender a essas diferenças.

A inclusão é possível e deve ser buscada, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades individuais, tenham acesso a uma educação de qualidade. Isso requer a abertura para novas abordagens, a formação de professores e a disposição de toda a sociedade para apoiar essa transformação.

Em resumo, a inclusão de alunos com TEA exige uma mudança de perspectiva educacional, uma abordagem centrada no aluno e a disposição para aprender e se adaptar constantemente. Somente assim será possível alcançar uma educação verdadeiramente inclusiva, que valoriza e respeita a diversidade de cada aluno e promove seu pleno desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A medida que foram exploradas as complexidades da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto educacional, tornou-se evidente que essa é uma jornada repleta de desafios e oportunidades. As reflexões sobre a práxis, as implicações para o ensino e a importância da inclusão revelam aspectos fundamentais que merecem destaque nas considerações finais.

A práxis, como destacada por Mantoan (2003), desempenha um papel crucial na condução de mudanças significativas na educação inclusiva. No entanto, muitas vezes, essa inovação é distorcida, reduzindo a inclusão a um mero rótulo sem impacto real. Em vez de verdadeiramente transformar as práticas educacionais, alguns sistemas optam por continuar com métodos excludentes sob novos nomes, como currículos adaptados e reforço paralelo. Isso não apenas limita o potencial dos alunos com TEA, mas também perpetua uma visão restrita da educação inclusiva.

A inclusão não diz respeito apenas aos alunos com TEA, mas a todos os alunos, pois visa criar ambientes educacionais onde todos possam prosperar. Portanto, é fundamental que educadores, pais e órgãos responsáveis estejam comprometidos com a promoção da inclusão. A transformação das práticas educacionais é uma responsabilidade compartilhada por todos os envolvidos, e essa colaboração pode resultar em vitórias significativas para toda a comunidade escolar.

No entanto, essa transformação não é tarefa fácil, uma vez que enfrentamos resistências arraigadas em sistemas educacionais tradicionais. Muitas vezes, as escolas se sentem ameaçadas pela inclusão, uma vez que ela desafia as estruturas pré-existentes e exige uma reavaliação de práticas e crenças arraigadas. A mudança é difícil, mas é essencial para garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com TEA, tenham acesso a uma educação de qualidade.

A inclusão não se resume apenas a adaptações físicas; requer uma adaptação humana. A formação de educadores desempenha um papel central nesse processo. Os professores precisam estar preparados para enfrentar as complexidades da educação inclusiva, aprender constantemente e se adaptar às necessidades individuais de cada aluno. A interdisciplinaridade é outra peça fundamental desse

quebra-cabeça, garantindo que diferentes perspectivas se unam para criar um ambiente de ensino enriquecedor.

É essencial reconhecer que a tecnologia, embora possa representar desafios para alguns, também oferece oportunidades incríveis na educação. Os educadores devem abraçar as ferramentas modernas e usá-las para criar ambientes de aprendizado inclusivos e eficazes.

No entanto, a verdadeira transformação educacional só será alcançada quando se superar o medo e o preconceito em relação ao diferente, incluindo alunos com TEA. Deve-se romper com a classificação e a segregação, reconhecendo que cada aluno é único e merece uma educação que respeite sua singularidade.

Em última análise, a inclusão de alunos com TEA é uma oportunidade para redefinir a educação e criar uma sociedade que valoriza a diversidade e o respeito ao próximo. É um desafio que exige esforço, colaboração e comprometimento de todos os envolvidos, mas os benefícios são imensuráveis. Quando todos os alunos têm a oportunidade de aprender juntos, independentemente de suas necessidades individuais, está-se construindo um futuro mais inclusivo e justo para todos.

Portanto, conclui-se que a inclusão de alunos com TEA é não apenas possível, mas fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. A jornada pode ser difícil, mas os resultados valem a pena, pois promovem um mundo em que cada pessoa, independentemente de suas diferenças, pode contribuir plenamente e desfrutar de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

- AINSCOW, M.; FERREIRA, J. **Inclusão: Desenvolvimento de escolas para todos**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- CARNEIRO, R. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Artes Médicas, 1998.
- MACHADO, A. B. **Educação inclusiva e o atendimento educacional especializado**: reflexões a partir do Decreto nº 7.611/2011. Educação e Pesquisa, v. 39, n. 4, p. 985-998, 2013.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como Fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MINETTO, M. F. **Educação especial e inclusiva: caminhos, desafios e possibilidades**. Revista Educação Especial, v. 23, n. 37, p. 15-26, 2010.
- MINETTO, Mary Ângela. A Inclusão de Alunos com Deficiência: O Papel da Formação de Professores. Cadernos de Educação Especial, Santa Maria, v. 3, n. 45, p. 21-36, 2010.
- OLIVEIRA, A. C. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)**: avanços e desafios. Revista de Direitos Fundamentais & Democracia, v. 20, n. 20, p. 115-131, 2016.
- PIRES, T. **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: análise e perspectivas**. Revista Jurídica, v. 6, n. 1, p. 87-100, 2012.
- PESSOTTI, I. **Deficiência e trabalho**. Perspectivas Médicas, São Paulo, v. 13, n. 107, p. 163-171, 1984.
- RODRIGUES, D. **A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares: o desafio do fazer pedagógico**. Revista Educação Especial, n. 39, p. 145-160, 2006.
- RODRIGUES, D. **Educação Inclusiva: O Que é e o Que Não é**. Revista Educação, v. 4, n. 15, 2000.
- SANTOS, M. A. **Direitos humanos e inclusão social: o papel das políticas públicas na garantia da igualdade**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 21, n. 2, p. 179-190, 2015.